

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO
CAMPO – RESIDÊNCIA AGRÁRIA**

**ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CAMPONESAS “TERRA, LUTA E LIBERTAÇÃO”
EM CANDIOTA - RS: UM ESTUDO DE CASO**

ARTIGO

Claudia Magalia da Rosa Gonçalves

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CAMPONESAS “TERRA, LUTA E LIBERTAÇÃO”
EM CANDIOTA - RS: UM ESTUDO DE CASO**

Claudia Magalia da Rosa Gonçalves

Artigo de conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós Graduação em Agricultura Familiar Camponesas e Educação do Campo – Residência Agrária da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UFSM- RS), como requisito parcial para obtenção de grau de **Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo**.

Orientador: Prof. Dr. Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Moura

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

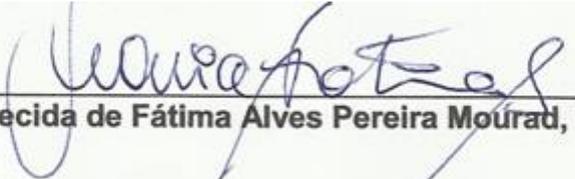
A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Artigo da Especialização

**ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CAMPONESAS “TERRA, LUTA E LIBERTAÇÃO”
EM CANDIOTA - RS: UM ESTUDO DE CASO**

Elaborado por
Claudia Magalia da Rosa Gonçalves

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Agricultura Familiar e Educação do campo

Comissão examinadora



Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad, Dr^a. (UFSM)



JANISSE VIERO



MARCOS BOTTON PICCIN

Santa Maria, RS, Brasil

2015

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CAMPONESAS “TERRA, LUTA E LIBERTAÇÃO” EM CANDIOTA - RS: UM ESTUDO DE CASO

Claudia M. da Rosa Gonçalves

Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

clau.agroindustria@gmail.com

Resumo: O trabalho objetiva analisar o processo de empoderamento e organização das mulheres camponesas do Grupo de Mulheres Camponesas Terra, Luta e Libertação do P.A. Conquista dos Cerros, localizado no município de Candiota- RS. Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica com a finalidade de contextualizar e identificar os conceitos e definições a respeito da Agricultura Familiar Camponesa, gênero e empoderamento das mulheres, também realizada pesquisa junto aos documentos da Associação e por ultimo a pesquisa de campo junto as associadas. Através deste estudo buscamos entender a dinâmica dessas mulheres frente as adversidades do campo para a reprodução de sua famílias, buscando uma reflexão e entendimento da participação das mulheres nos debates e lutas dos assentados, e por fim organizado e interpretados os dados coletados contrapondo com as referencias bibliográficas analisadas.

Palavras - chaves: gênero, organização, empoderamento.

Peasant women ASSOCIATION "EARTH LIBERATION STRUGGLE AND" IN CANDIOTA - RS: A CASE STUDY

Claudia M. da Rosa Gonçalves

Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

clau.agroindustria@gmail.com

Abstract: The work aims to analyze the process of empowerment and organization of peasant women of Peasant Women Terra Group, Struggle and Liberation P.A. Conquest of Cerros, located in the municipality of Candiota- RS. For this literature search was conducted in order to contextualize and identify the concepts and definitions regarding the Family peasant agriculture, gender and empowerment of women, also conducted research with the documents of the Association and for the last field survey associated. Through this study we seek to understand the dynamics of these women face the adversities of the field for the reproduction of their families, seeking a reflection and understanding of women's participation in the debates and struggles of the settlers, and finally organized and interpreted the data collected contrasting with references bibliographical analyzed.

Keywords: gender, organization, empowerment

1 Introdução

A escolha do tema deste trabalho, de forma pessoal, se deu por eu ter afinidade e interesse de conhecer e discutir em relação a discussões de gênero, mais especificamente com grupo de mulheres. Sendo que em muitas vezes o trabalho feminino é invisibilizado, pois em alguns casos não é gerador de renda monetária, porém exerce grande importância na lógica das famílias camponesas. É de grande interesse social, pois o protagonismo feminino é de suma importância quando se trata da decisão de mudar a forma de produzir.

Esse protagonismo está diretamente ligado ao conceito de eco feminismo, e conseqüentemente, de agroecologia apontando para caminhos de superação que se redescobrem, se organizam, inovam e têm assumido o desafio de fazer a discussão sobre a participação das mulheres na família camponesa, assim como, nos diversos espaços da sociedade. Parte-se do pressuposto de que é necessário construir novas relações sociais de poder e de gênero para que uma sociedade mais sustentável, justa e harmoniosa possa ser vivida pelas futuras gerações.

O trabalho traz como objetivos analisar o processo de empoderamento e organização das mulheres camponesas do Grupo de Mulheres Camponesas Terra, Luta e Libertação do P.A. Conquista dos Cerros, localizado no município de Candiota- RS. Sendo que, será necessário compreender mesmo que teoricamente a dinâmica da mulher camponesa e o papel dela na constituição e reprodução social da família, identificando a atuação das mulheres da Associação utilizando uma perspectiva histórica.

A metodologia utilizada foi iniciada com pesquisa bibliográfica com a finalidade de contextualizar e identificar os conceitos e definições a respeito da Agricultura Familiar Camponesa, gênero e empoderamento das mulheres, também foi realizada pesquisa junto aos documentos da Associação e por ultimo a pesquisa de campo junto as associadas, que para a pesquisa foi entrevistada um total de 8 mulheres, sendo que a Associação conta com 28 sócias fundadoras, sendo que destas apenas 10 seguem participando da Associação. A opção de não ouvir as mulheres que não participam mais da associação foi porque a pesquisa tem como

objetivo identificar o estágio atual e as perspectivas das associadas a respeito da associação.

Neste sentido, foi proposto este estudo com as camponesas assentadas no P.A. Conquista dos Cerros, onde através de revisão bibliográfica buscamos entender a dinâmica dessas mulheres frente as adversidades do campo para a reprodução de sua famílias, ainda foram aplicados questionários para a auxiliar na reflexão e entendimento da participação das mulheres nos debates e lutas dos assentados, e por fim foi organizado e interpretados os dados coletados contrapondo com as referencias bibliográficas analisadas.

2 Uma aproximação teórica com o objeto de estudo

Nesta sessão, estruturada em três partes, faremos sumariamente algumas considerações de ordem teórica, com base na pesquisa bibliográfica acerca dos principais conceitos utilizados em nossa pesquisa, com especial destaque a: organização social e gênero e empoderamento.

2.1 Organização social

Nas últimas décadas visualizamos a produção da agricultura dividida em duas categorias: a produção que visa a comercialização direta ou integrada e a produção para o consumo familiar. Historicamente e culturalmente a primeira está designada ao homem, pois à ele cabe negociar e receber pela produção e a segunda culturalmente e historicamente, cabe a mulher pois está relacionada aos cuidados com a família. Entretanto, as atividades de autoconsumo acabam não sendo reconhecidas como atividades importantes, porque não são remuneradas financeiramente. No capitalismo, o reconhecimento do sujeito é feito pela sua capacidade de produzir mercadorias (mercado) e não de bens necessários à vida das pessoas. Com isso, agregando às questões de gênero, conseqüentemente, o trabalho das camponesas não tem sua devida valorização, inclusive ocultando seu papel também na produção a ser comercializada.

O processo de organização da população se torna, cada vez mais necessário para fazer face às barreiras criadas, pois a ação comunitária é resultante do esforço cooperativo de uma comunidade que toma consciência de seus próprios problemas e se organiza para resolvê-los, desenvolvendo seus próprios recursos e potencialidades com a colaboração das entidades existentes.

O necessário fortalecimento da rede social no meio rural e do papel da mulher na agricultura camponesa demanda um esforço em compreender as causas e conseqüências da atual conjuntura. Com isso, se reforça a importância de realizar este estudo, que significará continuar contribuindo, direta ou indiretamente de forma crítica, atuando junto às famílias de pequenos agricultores, no desenvolvimento e operacionalização de políticas sociais.

A agricultura camponesa é praticada pelos agricultores e agricultoras que produzem em pequenas áreas de terra, utilizam o trabalho familiar, formam comunidades rurais ou rururbanas e se juntam para resolver necessidades coletivas que não podem ser resolvidas sozinhas. A agricultura camponesa também desenvolve uma cultura própria ligada a sua região e à vida no campo (GÖERGEN, 2009).

O campesinato está inserido de maneira diferenciada nas relações de produção, pois é o dono dos meios de produção e também é o sujeito que realiza o trabalho. Tem uma cultura, um modo de vida próprio. O campesinato é uma classe porque está imerso em uma intencionalidade, um processo, um projeto. Como tal, ou responde aos interesses da classe burguesa, ou integra, o campo dos que vivem do trabalho, retomam seu sentido e projetam sua emancipação. E, para tanto, necessita organizar, produzir, lutar para a consolidação do poder popular (SILVA,2009).

Nesse contexto de lutas e desigualdades, a vida das mulheres camponesas no Brasil, ainda hoje, seja assalariada, posseiras, assentadas de reforma agrária, quilombolas ou extrativistas é marcada pelo patriarcado, que se expressa na rígida divisão sexual do trabalho e na posição subordinada que se espera que ocupem com relação aos homens, considerados socialmente “os verdadeiros” produtores rurais (JALIL,2009).

De acordo com Refati e Fabrini (2011), apesar das diversas lutas das mulheres, ainda é forte a invisibilidade das camponesas no Brasil. As mulheres camponesas muitas vezes, estão inseridas na produção de modo a não serem valorizadas pelas atividades que realizam. A atuação parceira das entidades

pública/estatal e das entidades dos camponeses e camponesas tem demonstrado que a intervenção destas propicia o acesso a cidadania, prova também que as organizações sociais têm competência para contribuir na implementação de políticas sociais, públicas e do efetivo exercício da cidadania.

A permanente reflexão e luta por políticas públicas sociais é fundamental para o acesso a direitos, ao exercício da cidadania e a melhoria nas condições de vida da população, pois “as políticas não são simples produtos unidirecionais e autônomos da burocracia das instituições governamentais. Muitas vezes, o imediato caráter racionalizador das ações desses órgãos, expresso nos planos e programas, produz este efeito para os profissionais, que ao se deterem na leitura e reprodução de procedimentos e ideários desses planos, não têm presente a compreensão destas práticas como políticas sociais e seu significado para as classes subalternizadas” (YASBECK, 2005). Entretanto, independente da compreensão, é necessário que, como instrumento real de acesso à cidadania, as políticas públicas alcancem a todos e todas, independente do local quem que se vive e/ou trabalhe. Segundo Yamamoto(2004), as políticas públicas materializam os direitos sociais e humanos.

Yasbeck (2005) continua reforçando que os instrumentos reais de acesso, “reforça o fortalecimento e aplicação do conhecimento em prol da redução da desigualdade, pelo enfrentamento da pobreza, para o acesso de todos a bens e serviços que garantam uma vida digna, pelo fortalecimento e organização das classes subalternizadas da sociedade, para que o controle social das políticas públicas e da política econômica seja desenvolvido de baixo para cima” (SILVA E YASBECK, 2005 p30).

Conclui-se essa questão que “por mais paradoxal que possa parecer, o avanço das políticas sociais terminam por ser menos a ação do Estado em prover a justiça social e mais o resultado das lutas concretas da população. Estas duas faces fazem da política social. De um lado, instrumento de superação (ou) redução de tensões sociais, forma de despolitizá-las e encaminha-las para frentes menos conflitivas na relação capital-trabalho, de outro, espaço de expressão de interesses contraditórios das classes sociais: luta pela determinação do valor da força de trabalho e atendimento às necessidades objetivas do capital. Nesse sentido, as políticas sociais são mais que condições de reprodução das condições de vida do trabalhador: são formas de realização de direitos sociais e, conseqüentemente, da cidadania.”(SPOSATI, 1998). Logo, fortalecer a rede das comunidades rurais, considerando as

questões de gênero, é ampliar essas relações, ampliar o acesso a direitos e serviços fundamentais e fortalecer a cidadania.

2.2 Gênero e empoderamento

É interessante ressaltar que no Brasil ocorreu um contexto favorável a partir dos anos 70, constituído de relações entre o movimento feminista e o avanço acadêmico no campo de estudos sobre mulheres. Pode-se observar que a emergência do feminismo enquanto movimento social contribuiu para a criação de condições favoráveis para a legitimação da condição feminina como objeto de estudo. A existência do movimento organizado de mulheres estabeleceu um corte histórico a partir do qual a produção científica sobre as mulheres, dentro das ciências sociais, ampliou-se e tornou-se mais crítica (COSTA ET AL. APUD BRUSCHINI, 1998).

Uma das vertentes mais importantes para entender o surgimento do conceito de gênero, ocorrido na década de 70, se refere aos debates nas correntes historiográficas sobre “o sujeito da história como figura universal” (SOIHET, 1997). Soihet (1997, p.97) registra que já no século XIX Michelet chegou a desenvolver estudos sobre as mulheres realçando, em coerência com o pensamento dominante de seu tempo, a identificação desse sexo com a esfera privada. “*Na medida, porém, em que a mulher aspire a atuação no âmbito público, usurpando os papéis masculinos, transmuta-se em força do mal e da infelicidade, dando lugar ao desequilíbrio da história*”. Porém, para Soihet (1997) segundo Scott, só quando se desenvolveu a história das mulheres, compilando-se dados sobre as mulheres no passado, a periodização histórica tradicional deixou de funcionar. Quando as mulheres foram levadas em conta, quando se evidenciou que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública, teve que se reconhecer que a vida privada tinha uma dimensão pública. Estes novos olhares confluíram na negação de que o “sujeito da história” constituía-se numa figura universal.

Assim, a partir da década de 1960 cresce na historiografia o movimento crítico do racionalismo abstrato do sujeito universal. Este movimento relativiza a importância de métodos ou de conceitos teóricos rígidos. Tornou-se assim possível

a utilização de análises que captem o significado de sutilezas, que possibilitam o desvendamento de processos de outra forma invisíveis. Neste sentido a história social passou a se preocupar com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, até então excluídos da história; operários, camponeses, escravos, mulheres.

No que diz respeito à mulheres, a discussão se circunscrevia acerca da sua passividade, de sua opressão ou de sua reação apenas como resposta às restrições de uma sociedade patriarcal, o que obscurecia seu protagonismo como sujeito político ativo. Porém *"Em oposição à história ' miserabilista' na qual se sucederam mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, sub-remuneradas, abandonadas, loucas, abandonadas e enfermas... Emergiu a mulher rebelde. Viva e ativa, sempre tramando, imaginando mil astúcias para burlar as proibições, a fim de atingir seus propósitos"*(PERROT apud SOIHET, 1997, p.100 e DAVIS, 1990).

Constata-se ainda que os rumos do debate teórico sobre feminismo no Brasil, a partir do final dos anos 60 foram estruturados tendo como referência principal a esfera da produção. Aos poucos foi se revelando maior sensibilidade para os fatores simbólicos ou culturais que também explicam a subordinação feminina, tanto quanto para a inserção das mulheres no espaço de reprodução familiar (BRUSCHINI, 1998).

A primeira geração de estudos centra-se exclusivamente na ótica da produção, sem levar em conta que o lugar ocupado pela mulher na sociedade é também determinado pelo seu lugar na família. Mais tarde passa-se a considerar o papel da mulher na reprodução da força de trabalho, o que leva a produção de temas que dão origem às primeiras discussões sobre trabalho doméstico. A articulação posterior entre o espaço produtivo e a família, deu novo fôlego às pesquisas sobre trabalho feminino, uma vez que para a mulher a vivência do trabalho significa a combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento ou pela superposição.

Esta evolução culminou com a construção do conceito de gênero que possibilitou, entre outras questões a ampliação da noção de masculino e feminino, deslocando-a da pura caracterização biológica através do sexo. A noção do conceito de gênero ampliou os horizontes de análise das relações entre homens e mulheres apontando construções sociais elaboradas historicamente e fundamentadas em relações de poder (Bruschini, 1998).

A partir dos anos 70 o termo gênero passou a ser utilizado pelas feministas americanas para acentuar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. O gênero sublinha “*o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através do estudo que os considere totalmente em separado*” Soihet (1997, p. 101).

No campo da história a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas da disciplina, acrescentando não só novos temas, como também impondo “*Uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente, implicando não apenas ‘uma nova história das mulheres, mas em uma nova história’*. Esta nova história deveria incluir experiências das mulheres e dependeria de como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise” (p.101). Especificamente no que diz respeito às dimensões da política na vida das mulheres, Soihet (1997) destaca as reflexões de Arlete Farge (1991), que considera que o jogo político na história das mulheres, não tem caráter de evidência. Como situá-lo e qualifica-lo?

Se há bloqueio na análise, é talvez porque ao por em marcha o estudo da dominação, tanto pelo lado da opressão como pelo da rebelião, não se permite apreender plenamente o caráter dialético do político. Soihet (1997), apóia-se em alguns estudos para considerar que o binômio dominação/subordinação não deve ser tomado como terreno único de confronto, havendo apesar da dominação masculina uma atuação feminina bastante presente. Faz-se sentir, através de complexos contrapoderes: poder maternal, poder social, poder sobre outras mulheres e ‘compensações’ no jogo da sedução e do “reinado feminino”. Assim, o caminho para compreender o jogo político na história das mulheres seria estudar o privado e o público como uma unidade, diferentemente do enfoque tradicional do privado versus público. Por um lado temos quem dá ênfase á utilização da categoria de gênero na análise da esfera da política formal, em termos do exercício do voto e manejo do poder nas instituições.

3 Associação de Mulheres “Terra, Luta e Libertação”

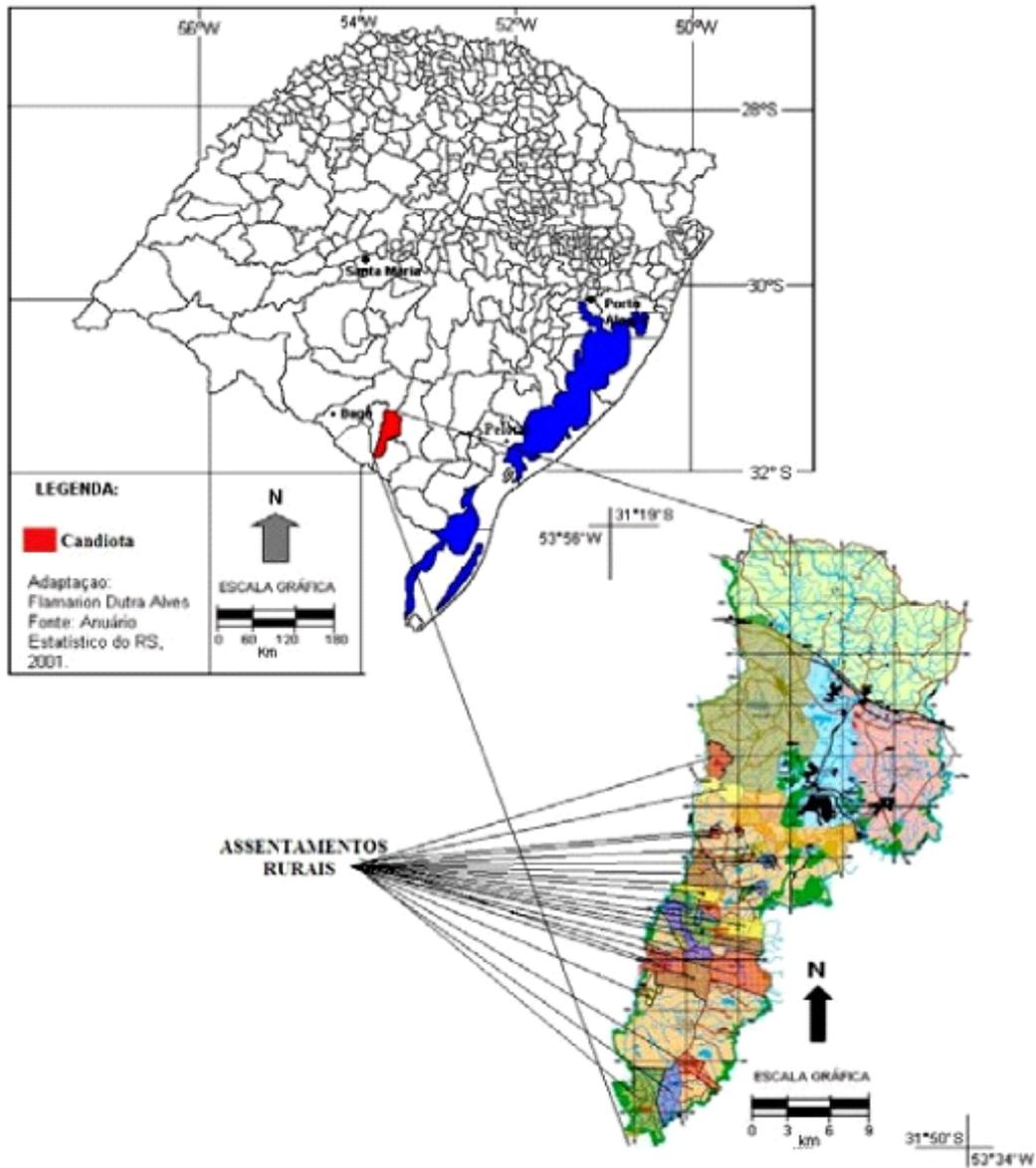
Nesta sessão apresentaremos alguns dados sobre o município de Candiota, município situado na metade sul do estado onde está situado o P.A. Conquista dos

Cerros, sendo que a grande maioria das mulheres que fazem parte da Associação de Mulheres “Terra, Luta e Libertação” reside naquele espaço.

3.1 O município de Candiota

Candiota está localizada a aproximadamente 420 Km De Poa. Sua sede esta a 220m de altitude e suas coordenadas geográficas são 31°33’28,8” de latitude Sul e 53°40’22,8” de longitude Oeste. Limita-se ao norte com Bagé, a leste com Pinheiro Machado, a sudeste com Pedras Altas e sudoeste com Aceguá. Está dividido em cinco distritos: Candiota(sede), Baú, Jaguarão Grande, Passo Real de Candiota e Seival e também 5 núcleos urbanos: Seival, Dario Lassance, Vila Residencial, Vila Operária, vila João Emilio.

O município localiza-se na região sul do RS, pertencendo a microrregião Serras do Sudeste (IBGE, 2006), e ao Corede Campanha (SPC/RS, 2005). Na divisão fisiográfica do Estado, enquadra-se na região da Campanha. As principais vias de acesso ao município são BR 293 e BR153, ambas pavimentadas (INCRA, 2007).



Mapa da localização de Candiota – RS e dos assentamentos rurais.
 Organização: Flamarion Dutra Alves.

Candiota tem 933,84 Km² de extensão territorial e, limita-se ao norte com os municípios de Pinheiro Machado e Bagé; ao sul com Hulha Negra, Pinheiro Machado e Herval do Sul; ao leste com Pinheiro Machado e Pedras Altas e a oeste com Hulha Negra e Bagé. A BR 293 corta o município, sendo fácil o seu acesso. Candiota fica a 45 km de Bagé. 140 km de Pelotas. Aspectos Climáticos: Clima subtropical úmido, com verões quentes. A média pluviométrica anual é de 1.404 mm. São comuns períodos de estiagem, principalmente na primavera/verão, intensificados pela alta taxa de insolação e ventos constantes. A temperatura média

anual é de 17,2° C, sendo a média do mês mais quente 24,2°C em fevereiro e a média do mês mais frio 12,2°C em julho. A temperatura máxima absoluta registrada foi de 45°C e a mínima -2°C. A formação de geadas no município frequentemente ocorre no período de abril a outubro. As geadas mais severas verificam-se de junho a agosto, em geral.

A população de Candiota, segundo dados do IBGE(2010), é de 8771 habitantes. Dos estabelecimentos rurais, em torno de 75% caracterizam-se como Agricultores Familiares, sendo que nestas propriedades a infraestrutura existente é na maioria dos casos deficiente, principalmente com relação ao maquinário e instalações necessárias.

Além da aptidão agropastoril, representada pela produção de carne bovina e ovina, leite, milho e sementes olerícolas, o município conta com riquezas subterrâneas, como jazidas de carvão que, que são exploradas para a geração de energia elétrica e calcária, utilizada nas lavouras para correção da acidez do solo. Com a exploração do carvão mineral da jazida de Candiota, abrem-se opções para utilização de subprodutos da mineração, como a cinza para fabricação de cimento e a argila, que pode ser empregada na indústria cerâmica.

3.2 Projeto de assentamento (PA) Conquista dos Cerros

O PA foi criado em 2001, e é composto por 72 famílias, porém tem capacidade de assentar 74 famílias. O PA fica localizado na região da Campanha, no município de Candiota/RS, com acesso pela Estrada Jaguarão, a aproximadamente 35 km da Sede. Com uma área total de 1.845,39 há, com lotes medindo em média 24,94 há.

Os dados sobre o histórico do Assentamento resultam da sistematização dos relatos de Veronice Tavares, técnica da COOPTEC e assentada desde a criação do P. A.. A mesma informa que no dia 30 de julho de 2000, formaram-se 5 acampamentos no estado, entre eles um em Erechim e outro em Julho de Castilhos, sendo essas ações resultantes de uma longa trajetória de luta e exclusão. Com a chegada de um número crescente de famílias, o acampamento inicialmente

organizado necessitou de ampliação. A primeira medida nesse sentido foi a constituição de núcleos, onde se organizam as principais tarefas: alimentação, saúde, higiene, educação, religião, finanças, infraestrutura e outras

Em dezembro de 2000, saiu a primeira área de terra em Candiota, onde somente 19 famílias do acampamento e de Erechim aceitaram vir para região, as demais se uniram ao acampamento de Lagoa Vermelha/RS. Outras 53 famílias do acampamento de Julho de Castilhos foram sorteadas para serem assentadas.

Em março de 2001, as famílias saíram dos acampamentos para o assentamento, porém durante a viagem foram informadas que ficariam em outra área. As famílias ficaram concentradas na Fazenda Estância Velha, na localidade Passo do Neto, em Hulha Negra, até a Fazenda dos Cerros ser devidamente liberada. O assentamento comemora seu aniversário em 28 de maio, quando entraram as primeiras famílias na terra conquistada.

Em um local onde moravam 6 pessoas, passaram a viver 146. Essas famílias se depararam com a necessidade de organizar a produção e a comunidade. Iniciou a luta pelo atendimento das necessidades básicas, como casa, água, luz, saúde, estrada, educação, lazer entre outras. Em uma área marcadamente improdutiva essas famílias passaram a levantar casas e abrir estradas.

As famílias desse assentamento acabaram por se inserir em diferentes atividades produtivas, como leite, mel, sementes ecológicas, artesanato e grãos em geral.

Em 2009, foi fundada a APAEGE – Associação de Produtores de Arroz Ecológico da Granja Esperança que hoje não está mais em funcionamento. As 16 famílias envolvidas comemoraram a primeira safra no dia 22 de abril de 2010, mostrando que é possível plantar arroz ecológico garantindo a sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Os relatos da assentada Veronice afirmam que durante a caminhada, as famílias encontraram muitas dificuldades de adaptação as características de solo e clima, devido sua origem, hábitos e habilidades. Essas dificuldades contribuíram para o alto índice de troca de lote e desistência. Com a constante troca de famílias, a organização interna fracassou e a coordenação foi destituída.

Naquele contexto a presença das mulheres foi muito marcante em todas as atividades do assentamento. Sua articulação resultou na fundação da Associação de Mulheres Produtoras Rurais Terra, Luta e Libertação.

Essas mulheres estão organizadas para produzir pães, verduras, derivados de leite, usando a matéria prima de cada época. Estas atividades foram possíveis devido a instalação da infraestrutura de produção, aproveitando as experiências e vivências das diversas das famílias, de acordo com suas origens, visando a exploração de mercados potenciais como a feira, os refeitórios de empresas e merenda escolar.

3.3 Associação de Mulheres “Terra, Luta e Libertação”

Na seqüência apresentaremos a constituição do grupo objeto de nosso estudo, com base em relatos de técnica, assentada e associada, Veronice Tavares, bem como com base em sistematizações de relatos disponibilizados no acervo da associação decorrentes principalmente de relatórios sistematizados anualmente pela COOPTEC.

O grupo Mulheres Camponesas Terra, Luta e Libertação, surgiu da necessidade que as mulheres da região sentiam em criar um espaço que possibilitasse a confraternização entre elas. Com a realização do primeiro Curso de Artesanato em Lã Crua, trazido pelo Centro de Educação Popular de Pesquisa em Agroecológica – CEPPA para a zona rural da região com os recursos do Programa de Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária - PAC, 12 participantes de diferentes assentamentos começaram o que seria a primeira experiência de grupo de mulheres. Os sucessivos encontros do grupo propiciados pelo curso em questão fortaleceram a idéia da necessidade de que fosse criado um espaço permanente para que as mulheres pudessem discutir seus problemas e articular suas demandas.

No início o Curso de Artesanato em Lã Crua foi realizado na casa do sogro de uma das participantes, na época vaga. No período de um ano esse espaço foi

utilizado uma vez por mês pelas mulheres para a realização do curso em questão. Após o término da capacitação em lã, o grupo continuou se reunindo uma vez por semana no mesmo local.



Fonte: Autora, 2013.

Nesta mesma época, auxiliadas por um representante da prefeitura do município de Candiota, foram informadas que havia a possibilidade através da própria prefeitura, juntamente com a Secretaria de Ação Social do município desenvolvido pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul, um projeto para aquisição de uma cozinha comunitária. Para isso o grupo teria que se formalizar e ter um espaço adaptado para o recebimento dos equipamentos e utensílios.

Com o surgimento da possibilidade de aquisição de uma cozinha comunitária, começou pelo grupo de mulheres uma mobilização em busca da conquista desse projeto. Para isso, além da formalização do grupo era preciso que as mulheres tivessem um espaço adaptado. Nessa época, a Cooperativa de Serviços Técnicos – COPTec teve um papel fundamental, como articuladora, nos trâmites jurídicos, auxiliando, orientando e executando intervenções com as entidades locais e instituições envolvidas no processo. Paralelo a isso, a prefeitura do município e a COPTec orientaram a discussão do estatuto para a formalização da associação, apoiando e organizando o documento junto com as mulheres. Quando formalizada,

a Associação em seu CNPJ está apta a comercialização de produtos derivados de lã, couro, madeira sendo estes itens o carro chefe do grupo.

O grupo, tendo apenas para se reunir um espaço cedido, a casa vaga no assentamento Conquista dos Cerros, decidiu, com o auxílio e orientação da COPTEC, pedir oficialmente, para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a doação do espaço, onde já estavam e continuavam se reunindo. Além desse processo, o grupo percebeu a necessidade de aquisição de materiais para a reforma e adaptação do prédio que futuramente, caso fosse doado, receberia a cozinha comunitária. Com a orientação direta da COPTEC o grupo de mulheres procurou a ajuda das entidades locais, através de ofícios, para aquisição de materiais.

Para o grupo de mulheres a conquista da cozinha comunitária, significava a concretização de uma vitória, criada pela expectativa de gerar renda. Este foi o exato momento, em que o grupo começou a ver os encontros não apenas como confraternizações e sim como uma forma de contribuir na renda familiar. Para elas, a possibilidade de conquistar um trabalho próximo a suas casas, permitiu sonharem com uma melhoria de vida, além das suas perspectivas diárias.

Com tantas mudanças acontecendo em torno de um grupo que começava a se organizar, cada vez mais se agregavam a esse processo novas oportunidades, como o Crédito Apoio Mulher, que possibilitaria à aquisição individual de bens de apoio a produção. Durante um seminário na cidade de Pelotas/RS, ocorrido em 2010 sobre o assunto, onde participaram uma representante do grupo e uma técnica da COPTEC, promovido pela Sempre Viva Organização Feminista – SOF e INCRA alavancou a possibilidade de melhoria de vida dessas mulheres e criou nelas um estímulo na busca da concretização jurídica do grupo. Com as inúmeras oportunidades aparecendo mais se fortaleciam as reuniões, aumentando cada vez mais a participação das mulheres.

Segundo relatos das associadas apesar das contrariedades no lar, vindas dos cônjuges, em relação às saídas de casa das mulheres para participarem do grupo, muitas resistiram e continuaram a frequentar suas reuniões, mesmo rotuladas pelos parceiros que viam as reuniões como uma perda de tempo, onde só resultavam em fofocas e brigas. Porém para a maioria dos companheiros, havia o

entendimento de que o grupo pudesse ser beneficiado financeiramente. E quando isso aconteceu, a partir do Crédito Apoio Mulher, até a resistência de alguns parceiros em aceitar a participação das companheiras no grupo foi transformada em apoio.

Embora a questão de gênero tenha sido vivenciada fortemente no decorrer do processo organizativo dessas mulheres, o maior entrave ainda eram as longas distâncias que muitas enfrentavam para participar das reuniões. Momento esse, dividido com os filhos, que percorriam, em muitos casos distâncias em torno de 15 km em aproximadamente 90 minutos de caminhada, até chegarem ao local da reunião.

Mesmo com toda a distância, para elas era visto como uma forma de proporcionar um lazer às crianças, já que eram muitas que se juntavam e brincavam em torno da casa, enquanto a reunião acontecia. Com o tempo se tornou inviável para a grande maioria continuar no grupo pioneiro na organização de mulheres dos assentamentos de Candiota. Seria essa a primeira perda do grupo, em número considerável de integrantes que não tinham mais condições de continuar.

Durante o processo de aquisição da casa a qual o grupo se reunia, e sem resposta de doação do INCRA, no final de 2012, a pedido da família, as mulheres tiveram que se retirar do local, começando a se reunir um pouco em cada casa. Os cursos que vieram depois desta data foram realizados em diferentes casas, sempre das integrantes do grupo. Sem espaço definido, com um projeto encaminhado de uma cozinha comunitária, veio à primeira frustração das mulheres, a perda de gerar renda. Não receberiam mais os equipamentos e utensílios tão sonhados, por não possuírem um local adaptado para instalação da cozinha. Para elas, gerou um sentimento de perda, revolta e indignação. Não conseguiam acreditar que depois de tanto trabalho, buscando auxílio das entidades e instituições envolvidas perdiam o sonho da independência financeira. Esse foi o segundo fato que influenciou na saída de algumas mulheres, devido não se ter um local estabelecido, não tinham como prever as distâncias que teriam de percorrer.

O grupo foi se tornando reduzido, porém nunca deixou de acreditar que conseguiria adquirir seu espaço e ter suas conquistas. Por ter sido o primeiro grupo de mulheres a se organizar nos assentamentos de Candiota, e pela resistência no

processo de organização, não se dissipando, apenas sendo reduzido em número de integrantes, começou a ser visto por outros assentamentos como um exemplo de luta e persistência. Tendo também na organização de outros grupos de mulheres, antigas participantes, que motivadas pela necessidade de se reunirem e se organizarem foram em seus assentamentos o começo de novos grupos que começaram a surgir.

Um desses grupos formados a partir de ex-integrantes foi o das mulheres do assentamento Paraíso, tendo hoje mais de dez ex-integrantes da Associação Mulheres Camponesas Terra, Luta e Libertação. Por diferentes motivos, sendo o maior deles, a distância que percorriam, em torno de 8 km em aproximadamente 90 minutos de caminhada por reunião. Também as necessidades que viram na sua própria comunidade em trazer benefícios ao seu coletivo, impulsionaram essas mulheres a alavancar o processo de organização dos seus assentamentos. Efeito desse surgido a partir da Associação de Mulheres Camponesas Terra, Luta e Libertação do assentamento Conquista dos Cerros, onde tiveram e continuam tendo, papel importante no processo de formação de outros grupos de mulheres que a cada dia se formam nos assentamentos do município de Candiota.

Entre 2010 e 2014, o grupo recebeu diversas capacitações em diferentes áreas de atuação, proporcionados pela COPTEC e prefeitura municipal de Candiota, tendo sido ministrados em diferentes locais cedidos por suas integrantes, além da realização de alguns na zona urbana do município. Durante essa caminhada de luta e enfraquecimento no número de mulheres participantes, o grupo nunca deixou de sonhar com a construção da sua sede, onde pudessem se reunir e desenvolver algum trabalho coletivo, com o intuito de gerar renda para as suas integrantes.

3.4 – A Associação vista pelas associadas

Nessa sessão sistematizaremos a percepção das associadas acerca de sua experiência organizativa articulada com sua trajetória pessoal bem como as expectativas das mesmas em relação a continuidade do grupo.

A Associação reúne-se atualmente uma vez ao mês para discussão de assuntos pertinentes a conjuntura atual, não havendo nenhum processo de produção coletiva da associação em andamento. Nestes encontros são discutidos

dentre outros fatores a continuidade da Associação e os planos para o futuro. Para tentar entender a lógica e motivos pelos quais as levam a seguir se reunindo, foram realizados questionamentos de forma coletiva, ate mesmo para entender o conceito de grupo que as mesmas têm.

A conversa foi iniciada com um questionamento a respeito do que elas entendem como um grupo, e as mesmas relatam que:

“O grupo ajuda a pensar melhor, a conviver, a respeitar as outras pessoas”
(Diario de campo, 22/07/2015)

“É uma forma de luta por direitos das mulheres, participando do grupo de outros espaços” (Diario de campo, 24/07/2015).



Fonte: Autora,2015.

Um dos fatores mais importantes da participação no grupo é o fato de poder sair de casa e conversar com outras pessoas, sendo um dos maiores anseios a geração de renda através da associação. Uma grande demanda das mulheres é que Associação ofereça a elas a oportunidade de investir em outras formas de gerar renda, sendo que o local que hoje elas possuem como sede não permite o processamento de alimentos, atividade que frequentemente as mesmas referem como adequada para a associação. Um dos desejos é a participação em feiras, porém elas só podem comercializar artesanato.

Em relação a saída do grupo de algumas participantes, acreditam que muitas delas entraram na associação por causa dos auxílios financeiros iniciais através do Apoio Mulher, e que acreditam que se surgirem novos incentivos essas mulheres

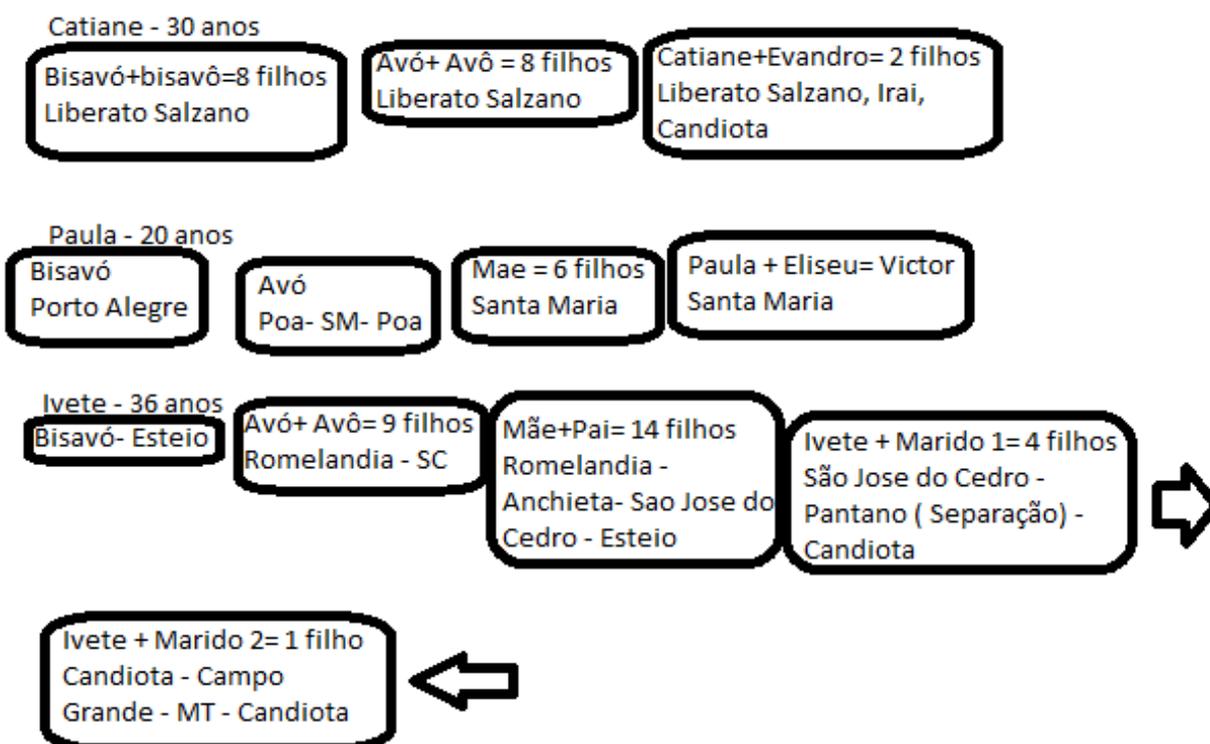
retornem, porém elas não sabem se irão aceitar o retorno. O sonho das mulheres é que possam ter um local adequado para os encontros da Associação e que esse local seja adequado para o processamento de alimentos, além de oferecer espaço para que seus filhos possam estar junto com elas, acreditando que esses fatores possam ser motivadores de crescimento do grupo e que consigam gerar renda.

Nos relatos individuais em relação ao grupo elas ressaltam que gostariam de ter outras atividades que pudessem gerar renda, pois somente os acolchoados não apresenta significativas possibilidades. Na sua grande maioria elas gostariam que fosse possível a comercialização de produtos alimentícios.

Hoje quem permanece no grupo são aquelas que são sócias fundadoras e todas estão no Assentamento, desde sua criação, sendo que algumas chegaram ainda crianças e hoje já constituíram família e permanecem em lote diferente de seus pais.

Realizamos, com base nos relatos das entrevistadas, uma cronologia acerca da trajetória de algumas das associadas, identificando fluxos migratórios que marcaram a vida das mesmas.





Fonte: Elaborado pela Autora.

Algumas das associadas têm origem urbana, o que explica, em alguns casos, a não aptidão por trabalhos voltados a agricultura, ainda que façam a opção e assumam a identidade camponesa.

A maioria tem como base de renda familiar atividades na produção de leite, cuja gestão é feita pelo marido, sendo que muitas delas se percebem como 'ajudante' e em alguns casos não se envolve nesta tarefa, ficando apenas com os afazeres de casa e cuidado com os filhos. As idades das associadas variam entre 20 e 68 anos.

4 Considerações finais

Para construção deste trabalho, além de uma revisão bibliográfica, realizamos o acompanhamento e sistematização histórica da "Associação Terra, Luta e Libertação" durante aproximadamente um ano, nos tempos comunidade.

Nosso contato com a associação evidenciou que, parte significativa das associadas, foi motivada a constituir a associação em razão das possibilidades de acessarem recursos financeiros na forma coletiva, ainda que não tivessem muita clareza sobre o trabalho em grupo, tendo realizados esforços para viabilizar a associação. Também manifestaram interesse em encontrar atividades fora do espaço da propriedade, acreditando que esses encontros potencializam a autoestima das participantes.

Foi possível ainda identificarmos algumas divergências entre as mesmas. Quando do contato com a associada Veronice a mesma destaca de forma enfática o interesse das associadas em dar continuidade a produção de acolchoados de lã, ao passo que outras salientam, principalmente em conversas informais, que gostariam de desenvolver atividades relacionadas a produção e processamento de alimentos entendendo que essa atividade tem uma demanda mais constante que poderia dar uma maior organicidade a associação, visto que a produção de acolchoados é bastante interessante mas não garante uma receita constante, sendo uma atividade circunscrita basicamente ao período de inverno.

Mesmo que no momento a associação não esteja desenvolvendo atividades produtivas, todas as associadas destacam a importância da mesma, enfatizando que os encontros que ainda ocorrem contribuem para a aproximação das mesmas, assim como permitem que o grupo em razão das discussões delibere acerca de sua continuidade, bem como das atividades a serem implementadas.

Todas salientam que a associação representou e ainda representa uma possibilidade das mesmas, autonomamente, encontrarem espaços de atuação fora do espaço doméstico, no qual as decisões de seus maridos e companheiros ainda têm um peso expressivo.

Destacamos ainda que a associação, objeto de nosso estudo, é reconhecida como uma importante experiência organizativa de mulheres assentadas, o que faz com que as associadas visualizem positivamente sua trajetória familiar e social. Nesse sentido é possível identificarmos também a importância de vínculos familiares ente as associadas remanescentes da formação inicial, de tal sorte a ratificar a unidade familiar e os vínculos comunitários no sucesso de experiências organizativas.

5 Referências Bibliográficas

GOERGEN, S. A. **Agricultura Camponesa e as Realidades Brasileiras**, Porto Alegre, 2009

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, Raul de, **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

JALIL, L. M. **Mulheres e Soberania Alimentar: A luta pela soberania alimentar no meio rural** – Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRRJ, 2009

LOURO, Guacira Lopes. **Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças**. In.: ADELMA, Miriam; SILVESTRIN, Brönstrup Celsi (Org.). Coletânea Gênero Plural. Curitiba: Ed UFPR, 2002.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

REFATI D, FABRINI J. E. **O Artigo; “o trabalho das mulheres na produção de subsistência no assentamento Andes Rodolfo Henrique**. Diamante-PR, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Trad. de DABAT, C; ÁVILA, M B. Recife: SOS-CORPO, 1991.

SILVA, V.I. **Caminhos da Afirmação Camponesa, Elementos para um Plano Campones, Tupanciretã-RS**, Instituto Cultural Padre Josimo, 2009.

SPOSATI, A. O. **Assistência na Trajetória das políticas Sociais Brasileiras, Uma questão em análise**. 6.ed., São Paulo: Cortez, 1998.

VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Orgs.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

YAZBEK, M. C. **A Política Social brasileira nos anos 90: a refilantropização da "Questão Social"**. *Cadernos ABONG*, Série Especial, Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, n. 3, out. 1995.